

MULHERES, PODER E CIÊNCIA POLÍTICA



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade
TERESA DIB ZAMBON ATVARIS

E D I T O R A
U N I C A M P

Conselho Editorial

Presidente
MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO
MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI
MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.
RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

FLÁVIA BIROLI
LUCIANA TATAGIBA
CARLA ALMEIDA
CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA
VANESSA ELIAS DE OLIVEIRA

Organização

*Mulheres, poder
e ciência política*

Debates e trajetórias

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

M898 Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias / organização: Flávia Biroli... [et al.] – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

1. Mulheres na política. 2. Feminismo. 3. Ciência política. I. Biroli, Fávia. II. Título.

ISBN 978-65-86253-34-4

CDD – 320.5622
– 305.42
– 320

Copyright © by Organizadoras
Copyright © 2020 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste material são de responsabilidade dos autores
e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS NESTA OBRA.....	7
APRESENTAÇÃO	9

PARTE I

MULHERES, CONHECIMENTO E POLÍTICA

INTRODUÇÃO – DESIGUALDADES E RESISTÊNCIA POLÍTICA <i>Flávia Biroli, Luciana Tataçiba e Vanessa Elias de Oliveira</i>	15
1. CIÊNCIA, POLÍTICA E GÊNERO <i>Flávia Biroli</i>	19
2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO COMO PROBLEMA POLÍTICO <i>Clara Araújo</i>	41
3. A CULPA É DOS PARTIDOS: DESIGUALDADES DE GÊNERO EM DISPUTAS ELEITORAIS <i>Teresa Sacchet</i>	71
4. MULHERES E A VIOLÊNCIA POLÍTICA SEXISTA: DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA <i>Marlise Matos</i>	109
5. #ELES NÃO! O CONFRONTO ELEITORAL FEMININO CONTRA TRUMP E BOLSONARO <i>Daniela Mussi e Débora Zanini</i>	143
6. ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: UM RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA <i>João Feres Júnior</i>	167

PARTE II

MULHERES, PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIÊNCIA POLÍTICA

INTRODUÇÃO – DESAFIOS E TRAJETÓRIAS NA CIÊNCIA POLÍTICA	
<i>Carla Almeida e Cristina Buarque de Hollanda</i>	197
7. A CEGUEIRA DE GÊNERO NA CIÊNCIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA	
<i>Flavia Freidenberg</i>	203
8. FUNDADORAS DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: CAMPO, TRAJETÓRIAS E CONDIÇÃO FEMININA	
<i>Carla Almeida e Cristina Buarque de Hollanda</i>	223
9. CAMINHOS E DESCAMINHOS DAS CIENTISTAS POLÍTICAS BRASILEIRAS	
<i>Céli Regina Jardim Pinto e Augusta da Silveira de Oliveira</i>	247
10. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS MULHERES DA CIÊNCIA POLÍTICA NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL	
<i>Monique Menezes, Olívia Cristina Perez, Lizandra Serafim e Dolores Silva</i> ...	275
11. AS MULHERES NOS EVENTOS E NAS PUBLICAÇÕES DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL	
<i>Danusa Marques e Layla Carvalho</i>	301
12. CARTOGRAFIA DAS PIONEIRAS DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL	
<i>Marcia Rangel Candido</i>	325
SOBRE OS AUTORES	369

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS NESTA OBRA

- ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política
- Alacip – Associação Latino-americana de Ciência Política
- Andifes – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- Anpocs – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
- Apsa – American Political Science Association (Associação Americana de Ciência Política)
-
- Capex – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- Cedec – Centro de Estudos da Cultura Contemporânea
- Cesop – Centro de Estudos de Opinião Pública (Unicamp)
- CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Cpdoc – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
-
- DPU – Defensoria Pública da União
-
- Fonaprace – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
-
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Idesp – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
- IES – Instituições de Ensino Superior
- Iesp – Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Ifes	– Instituição(ões) Federal(is) de Ensino Superior
Indipo	– Instituto de Direito Público e Ciência Política (FGV-RJ)
Inep	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IIR	– Índice de Inclusão Racial
ISSP	– International Social Survey Programme (Programa Internacional de Pesquisa Social)
Lacc	– Laboratório de Análise do Campo Científico (UFPR)
OCDE	– Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCS	– Observatório das Ciências Sociais (Iesp)
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
PEA	– População Economicamente Ativa
PIB	– Produto Interno Bruto
Pnad	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
Reuni	– Reestruturação e Expansão das Universidades Federais [Programa de Apoio a Planos de]
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
VPCM	– Violência Política Contra as Mulheres
VPR	– Violência Política Racista
VPS	– Violência Política Sexista
VPSR	– Violência Política Sexista Racista

APRESENTAÇÃO

Este livro é um dos resultados do projeto “Mulheres na ciência política”, da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Seu objetivo é discutir as relações de gênero no momento atual, numa perspectiva em que se entrecruzam a política e a produção de conhecimento sobre política. Trata-se, também, de um projeto que nos permite refletir sobre a área de ciência política em suas interfaces com o processo político brasileiro das últimas décadas, em que a consolidação e, posteriormente, a fragilização da democracia sempre foram tensionadas pelas desigualdades de gênero.

Olhar para a ciência e para a política com lentes de gênero certamente não esgota as contradições e os limites da democracia brasileira. Permite-nos, no entanto, colaborar para a compreensão de uma dimensão incontornável. As mulheres são maioria no eleitorado brasileiro, são mais de 45% das pessoas filiadas a partidos políticos no país e, para dar um exemplo do que se passa do lado da produção de conhecimento, são 45% do total de filiados à Associação Brasileira de Ciência Política. Contudo, o Brasil está entre os países com os piores índices de representação feminina na região e no mundo, ocupando, em dezembro de 2019, a 134^a posição – entre 190 países – no *ranking* de presença das mulheres no parlamento, produzido pela Inter-Parliamentary Union. Este livro mostra que há muito também a avançar para que o mundo científico seja mais igualitário.

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) foi fundada em 1986, no contexto da transição para a democracia no Brasil, após mais de duas décadas de ditadura. A institucionalização de um regime mais plural e aberto à participação teria como marco a Constituição de 1988, na qual mulheres e homens foram iguados em direitos e deveres. Daquele momento em diante, os movimentos de mulheres e feministas passaram a ser atores mais visíveis, nas

ruas e nos espaços institucionais, participando da construção de uma agenda referenciada pelos valores da igualdade e da diversidade.

Internacionalmente, é também a partir dos anos 1980 que os regimes democráticos passaram a ser interpelados de maneira sistemática de uma perspectiva de gênero. Com essa perspectiva crescentemente inserida na agenda internacional de direitos humanos, as reivindicações foram ampliadas e redefinidas. Com foco na violência contra as mulheres, nas desigualdades nas relações de trabalho, nos direitos reprodutivos e sexuais e, claro, nos obstáculos a uma participação política mais igualitária, desdobraram-se em legislação e em políticas públicas. Ampliou-se assim o material para a pesquisa e tornaram-se mais complexas as disputas que requerem análise.

O primeiro Encontro Nacional da ABCP aconteceria em 1996, um ano depois da realização da Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas em Pequim, em 1995. Esse foi também o período em que o Brasil passou a adotar legislação de cotas eleitorais, para garantir candidaturas femininas. A lei 9.504, que define um percentual mínimo de 30% para candidaturas de cada gênero, é de 1997. Apesar disso, por uma série de razões que são discutidas ao longo deste livro, foi apenas nas eleições de 2014 que o percentual de candidaturas se aproximou desse patamar, com 29,3% de mulheres.

O ano de 2014 foi também aquele em que a ABCP passou a contar com a área temática de “Gênero, democracia e políticas públicas” em seus encontros nacionais. Alguns anos depois, em 2018, acompanhando um movimento que tem acontecido em associações de ciência política de diferentes países, foi instituído o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade Sexual. No primeiro caso, tratava-se de reconhecer a relevância de um subcampo de produção de conhecimento na ciência política, o qual vem crescendo e se fortalecendo. No segundo, uma iniciativa institucional respaldada coletivamente em assembleia abriria espaço para um trabalho continuado, voltado para a superação das desigualdades de gênero e raça, assim como do preconceito e da violência no universo acadêmico.

O projeto “Mulheres na ciência política” e este livro são desdobramentos dessa história, contribuindo para ampliar a atenção à conformação de gênero na política e na ciência política. Com eles, a ABCP também assume um

compromisso público de diagnosticar, analisar e construir alternativas para a superação de injustiças e violências de gênero nas relações de poder, dentro e fora do mundo acadêmico.

Infelizmente, no momento em que este livro é publicado, essa visão igualitária e plural tem sido colocada em xeque. Assim, é importante lembrar, mais uma vez, que os obstáculos à participação das mulheres são um problema político geral e não específico – um problema da democracia, e não das mulheres. Do mesmo modo, o rechaço à pluralidade e à igualdade, valores que marcaram os processos de construção e consolidação democrática no século passado, são hoje irmãos siameses da erosão das democracias.

*Flávia Biroli,
Fernando Guarnieri
e Luciana Tatagiba*

Diretoria da Associação Brasileira de Ciência
Política (ABCP), gestão 2018-2020.

PARTE I

*Mulheres, conhecimento
e política*

INTRODUÇÃO

DESIGUALDADES E RESISTÊNCIA POLÍTICA

*Flávia Biroli, Luciana Tatagiba
e Vanessa Elias de Oliveira*

A primeira parte desta coletânea, “Mulheres, conhecimento e política”, tem como objetivo compreender, de diferentes perspectivas, o lugar das mulheres na ciência e na política, ontem e hoje. Investiga como as mulheres foram (e são) invisibilizadas nesses espaços de poder, sobretudo no Brasil. E como vão, paulatina e arduamente, conquistando seu lugar – ainda desigual, mas maior do que no passado não tão distante.

Para tanto, distintos temas são abordados: ciência, política e as relações de gênero; a divisão sexual do trabalho; as mulheres nos partidos, nos processos eleitorais, na política; gênero e raça nas ciências sociais. São temas centrais para compreender a relação entre mulheres, conhecimento e política, mas ainda negligenciados pelas ciências sociais, no geral, e pela ciência política, em particular. Os trabalhos aqui apresentados suprem parte dessa lacuna, proporcionando ao leitor uma melhor compreensão das iniquidades persistentes e das conquistas alcançadas.

“A ciência e a política têm uma conformação de gênero”, conforme afirma Flávia Biroli no capítulo que abre nossa coletânea. Isso significa que o mundo científico e o mundo político são constituídos pela histórica predominância masculina, orientando as formas assumidas pelas instituições, assim como as percepções sobre a produção de conhecimento, sobre a realidade social e suas possíveis configurações. Nesse contexto, os movimentos feministas e a produção de conhecimento nutrida por sua agenda e sua atuação tiveram e têm papel central na quebra de paradigmas. Expuseram as relações de poder na política, assim como no campo científico, conectando a divisão do trabalho no cotidiano com aquela que se estabelece nesses espaços e

mostrando que a ausência de regras discriminatórias não corresponde a uma neutralidade de gênero.

Como demonstra Clara Araújo no capítulo “Divisão sexual do trabalho doméstico como problema político”, esse árduo esforço para confrontar as narrativas dominantes sobre a mulher e seu lugar nas estruturas de poder passou por questionamentos sobre as arraigadas noções de trabalho produtivo, masculino e que gera valor, e trabalho reprodutivo, feminino e desprovido de valor. Apesar dos avanços identificados ao longo das últimas décadas, veremos ao longo desta obra como a questão do cuidado e do trabalho doméstico segue como barreira persistente para o ingresso das mulheres na vida pública. Ela também incide nas perspectivas epistemológicas assumidas, na medida em que está relacionada às fronteiras entre o que é e o que não é reconhecido como politicamente relevante.

No campo da política partidária, os dados são alarmantes. Como discute Teresa Sacchet no capítulo “A culpa é dos partidos: Desigualdades de gênero em disputas eleitorais”, em 2018 atingimos a marca histórica de 15% de mulheres eleitas na Câmara dos Deputados. Porém, como lembra a autora, apesar de termos em vigor no país uma política de cotas de 30% para candidaturas femininas há mais de 20 anos, verifica-se um crescimento mais lento no número de mulheres eleitas no Brasil, quando comparado ao dos países vizinhos.

Já Marlise Matos, em “Mulheres e a violência política sexista: Desafios à consolidação da democracia”, usa o conceito de “violência política sexista” para mostrar como a violência contra a mulher perpassa todas as esferas da atuação política, indo além da organização partidária e de suas decorrências eleitorais. Tal violência visa à manutenção do *status quo* – qual seja, o “mandato masculino de dominação na política”. Ela aparece justamente como uma reação à maior demanda das mulheres por participação na esfera pública e às transformações nas relações de gênero nas décadas recentes.

Por isso, as análises aqui apresentadas tratam das hierarquias e da violência política sexista na sociedade brasileira, mas também de dinâmicas de transformação. Mudanças importantes no engajamento político sinalizam uma mobilização feminista que marcou as eleições norte-americanas e brasileiras, analisadas por Daniela Mussi e Débora Zanini em “#Elesnão! O confronto eleitoral feminino contra Trump e Bolsonaro”. Em ambos

os casos, a combinação entre protestos de rua e mobilização nas redes sociais levou as mulheres a ocupar um papel central no processo eleitoral, tornando-as protagonistas de um embate político para além das instituições políticas formais.

Se há avanços e resistências no mundo da política, o mesmo pode ser dito, de maneira geral, sobre o campo da ciência no Brasil e, especificamente, sobre o da ciência política. Conforme aponta João Feres Jr., no capítulo “Ensino e pesquisa em ciências sociais no Brasil: Um retrato das desigualdades de gênero e raça”, a ciência política apresenta a maior desigualdade entre as disciplinas que compõem as ciências sociais, composta por maioria masculina, com dois homens para cada mulher. E em termos de raça, os dados da pós-graduação em ciências sociais (incluindo as três áreas, sociologia, antropologia e ciência política) são ainda mais incisivos: 80% de brancos na composição dos corpos docentes. O autor salienta que apenas com a adoção de critérios de igualdade de gênero e raça na avaliação da pós-graduação poderemos superar essas disparidades, marcantes na política e também na ciência.

Enfim, o que os trabalhos apresentados nesta parte do livro demonstram é que, embora verifiquemos avanços importantes no campo da política e da ciência política, em termos de participação feminina e igualdade de gênero, eles são insuficientes. O fato de que práticas informais sigam reproduzindo assimetrias e restringindo a atuação das mulheres num momento em que sua atuação na esfera pública é não apenas ampla, mas reivindicada por elas, mostra que os desafios permanecem. Entre eles está o de explicitar quais são as dinâmicas que restringem o acesso aos espaços de maior visibilidade e prestígio, mesmo quando se apresentam como se não fossem regulados pelo gênero – e pela raça, é bom ressaltar.

No plano internacional, iniciativas como a *Red de Politólogas* (#NoSinMujeres) e *Women Also Know Stuff* têm atuado para divulgar o que as mulheres já fazem. Elas estão integradas aos espaços de produção científica e trabalham duro, como sabemos, só não têm recebido a mesma valorização que os homens. Também nos parece relevante que possamos discutir o que é e o que não é aceitável nos espaços e nas relações de que tomamos parte, e nesse ponto estamos falando de nossas práticas nas universidades, nos encontros científicos, no cotidiano das relações entre colegas, com estudantes. O reconhecimento de que a violência pode estar ancorada em práticas

naturalizadas de assédio, por exemplo, fez eclodir campanhas e uma agenda de grande repercussão em várias partes do mundo.

Ao mesmo tempo, há mais em jogo do que uma mudança no modo como vemos e representamos as relações de gênero. “Quem” se responsabiliza pelo “quê” é uma questão central se queremos entender como e por que as mulheres vão trilhando suas carreiras com custos diferentes, e maiores, do que os homens. Isso tem a ver com os papéis desempenhados, com as expectativas em relação a quem os desempenha e, claro, com trabalho que se assume ou de que se é liberado. As práticas e os significados que constituem as relações de poder na sociedade não deveriam ser a base para privilégios e a justificativa para hierarquias, fora ou dentro do universo acadêmico. O acesso das mulheres a voz depende de condições concretas de trabalho, da superação das formas menos ou mais visíveis da violência sexista, assim como dos filtros que restringem o reconhecimento de seu trabalho. Essa voz pode, ainda, colaborar para expor dimensões da vida imbricadas no mundo acadêmico, em busca de arranjos mais justos.

Os trabalhos aqui apresentados são diagnósticos, mas também constituem esforços para esclarecer e superar essas desigualdades e injustiças.

CIÊNCIA, POLÍTICA E GÊNERO

Flávia Biroli

O PROBLEMA

A ciência e a política têm uma conformação de gênero, embora nem sempre isso tenha sido tematizado. A predominância masculina entre os que são reconhecidos por fazer ciência e por fazer política, ocupando os espaços mais valorizados do mundo científico e do mundo político, pôde apresentar-se como neutra até que se ampliasse o alcance da crítica feminista. O questionamento de concepções convencionais do feminino e do masculino, que associam o primeiro à domesticidade e à vida familiar e o segundo à vida pública e ao trabalho remunerado, foi motivado pela compreensão de que as diferenças nos papéis desempenhados e nas responsabilidades assumidas por mulheres e homens correspondem a uma série de desvantagens para elas.

Nos dois campos, o da ciência e o da política, a crítica às barreiras formais e informais à participação das mulheres confrontou convenções, mas também privilégios. As relações de gênero só puderam ser “evidenciadas como relações de poder” na medida em que as convenções que serviram – e em muitos casos ainda servem – de base para instituições, normas e práticas seletivas foram contestadas pelos movimentos feministas.

A ciência não tem sido um campo neutro quanto ao gênero. Isso ocorre por razões estruturais e sociológicas, ligadas à divisão sexual do trabalho e à sua incidência diferenciada nas carreiras de mulheres e homens. Ocorre, também, por razões epistemológicas, referentes às categorias analíticas e aos modelos teóricos e metodológicos adotados. Dada a reduzida diversidade do campo científico, os pressupostos metodológicos espelham e reforçam vieses

e exclusões, ainda que se apresentem como neutros e desconectados das dinâmicas de poder.¹

Por serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, as mulheres deparam-se, no exercício profissional, com desafios que não se apresentam aos homens. Algumas questões se tornam relevantes quando direcionamos nosso olhar para o modo como as relações cotidianas de cuidado são organizadas.² Quem se responsabiliza pelo quê? Como a vida doméstica e a necessidade incontornável de cuidado dos mais vulneráveis são resolvidas no dia a dia das pessoas? As mulheres dedicam significativamente mais tempo à vida doméstica e familiar do que os homens,³ mas a vida acadêmica e os ritmos de produção científica são estabelecidos como se todos estivessem igualmente liberados para realizar seu trabalho, prejudicando a progressão das mulheres nas carreiras.⁴ Nas universidades, uma perspectiva de gênero permite compreender por que as mulheres se direcionam mais a algumas áreas que a outras, com padrões diferenciados em suas carreiras.⁵

Antes que estivessem mais presentes nos ambientes profissionais, científicos e universitários, as mulheres participavam da produção de conhecimento muitas vezes à sombra dos homens. O suporte dado por elas aos homens em suas trajetórias públicas – seja por assumirem o trabalho de cuidado (inclusive na forma do apoio emocional), seja por participarem ativamente de processos e descobertas que levaram ao sucesso deles – nem sempre foi reconhecido. A dependência masculina desse suporte, sem o qual muitos cientistas e eruditos de destaque não teriam sido quem foram (ou teriam enlouquecido, para retomar a análise feita por Pascale Molinier da relação entre Augusto Comte, as mulheres e o feminino), foi repetidamente traduzida em noções de complementariedade que recusavam a elas um talento individual e apagavam sua contribuição, quando não sugeriam uma “inferioridade natural da mulher”.⁶

¹ Harding, 1991.

² Biroli, 2018; Tronto, 2013.

³ IBGE, 2018; UN, 2018.

⁴ Bagilhole, 2001; Probert, 2005.

⁵ Moschkovich & Almeida, 2015.

⁶ Molinier, 2014 [2010], p. 37. “A questão é: como intelectuais, homens e mulheres, de hoje, acomodam-se com a concorrência das inteligências? No espaço público? Doméstico?”